

2.1 Introdução

As condições benéficas do ambiente macroeconômico doméstico, caracterizadas pela queda no desemprego, aumento da renda e elevada liquidez, propiciaram melhoria da maior parte dos indicadores do sistema bancário¹² no segundo semestre de 2010.

Nesse cenário, os bancos captaram recursos suficientes para continuar a financiar a expansão do crédito e, ao mesmo tempo, manterem estoques elevados de ativos líquidos em montante suficiente para fazer frente a cenários adversos de saída de recursos.

O crescimento do crédito às famílias foi sustentado por modalidades caracterizadas por menores taxas de juros e risco, e com prazos mais longos, contribuindo, portanto, para a relativa estabilidade do comprometimento de renda com o serviço da dívida. O crescimento acelerado e contínuo do crédito, a expansão dos prazos médios operados e o crescimento da relação entre os valores dos empréstimos e das garantias sugerem cautela quanto ao ritmo de expansão de determinadas modalidades do crédito à pessoa física. Nesse sentido, foram implementadas no semestre medidas macroprudenciais com o objetivo de mitigar potenciais riscos à estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN), propiciando a continuidade do desenvolvimento sustentável do mercado de crédito.

A expansão da carteira de crédito e o menor nível de provisão, que acompanhou a queda na inadimplência, refletiram na rentabilidade das instituições. O lucro do sistema foi superior ao do semestre anterior em montante e em qualidade, com aumento da participação da intermediação financeira e redução da importância relativa dos resultados não operacionais.

12/ Para efeito deste capítulo, o sistema bancário é definido como o conjunto de instituições do tipo banco comercial, banco múltiplo, caixa econômica e banco de investimento e pelos conglomerados financeiros compostos ao menos por uma dessas instituições. Os bancos de desenvolvimento não estão incluídos nas análises.

Considerando que o aumento da exposição ao risco de crédito decorrente das novas operações foi acompanhado por incorporação de lucros, mantendo a suficiência e a qualidade da base de capital, conclui-se que a capacidade de solvência do sistema bancário permanece robusta. Essa afirmação é corroborada pelos resultados dos testes de estresse. Em todos os cenários analisados, inclusive naqueles de extrema deterioração da situação macroeconômica, o capital regulamentar do setor bancário permaneceu acima do requerimento mínimo calculado com base nos riscos a que estaria exposto.

No curto e no médio prazo, estão previstas importantes modificações no arcabouço prudencial brasileiro, entre as quais se destacam: o fortalecimento da regulação, da supervisão e do gerenciamento de risco do setor bancário¹³, em decorrência das recomendações do comitê de Basileia para supervisão bancária; a redução gradual do limite para captação de depósitos com garantias especiais do Fundo Garantidor de Créditos (FGC); e a entrada em vigor das regras previstas na Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, e na Circular nº 3.515, de 3 de dezembro de 2010, que, respectivamente, alteram procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e elevam o requerimento de capital para determinadas modalidades de operações de crédito de longo prazo destinadas ao consumo contratadas com pessoas naturais.

De forma geral, em face da atual situação de capitalização, de liquidez e de lucratividade do sistema, os bancos brasileiros têm capacidade de se adaptar às novas medidas sem que ocorram mudanças relevantes em suas estratégias de negócio.

No longo prazo, mudanças no cenário macroeconômico devem trazer alterações mais expressivas nos negócios dos bancos brasileiros. Em um contexto de redução das taxas de juros, os *spreads* e os ganhos de *floating* tendem a reduzir-se, o que deve impactar a rentabilidade da intermediação financeira.

2.2 Liquidez

O nível elevado de liquidez no ambiente doméstico e no ambiente internacional permitiu aos bancos captar recursos suficientes para continuar a financiar a expansão do crédito

Gráfico 2.2.1 – Liquidez total em relação ao ativo total ajustado

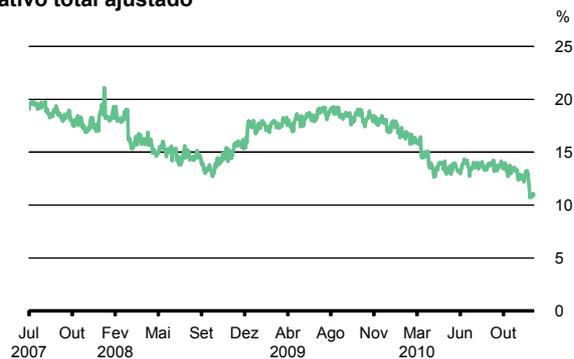
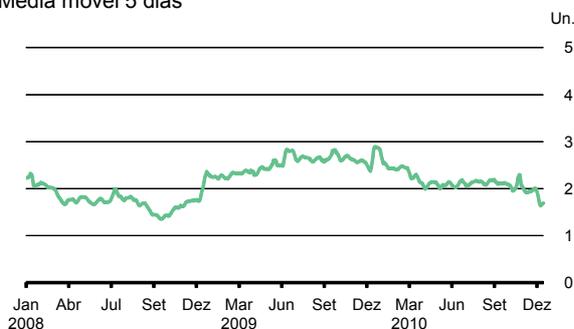


Gráfico 2.2.2 – Índice de liquidez Média móvel 5 dias



13/ Ver Comunicado nº 20.615, de 2011.

Gráfico 2.2.3 – Saldo das captações

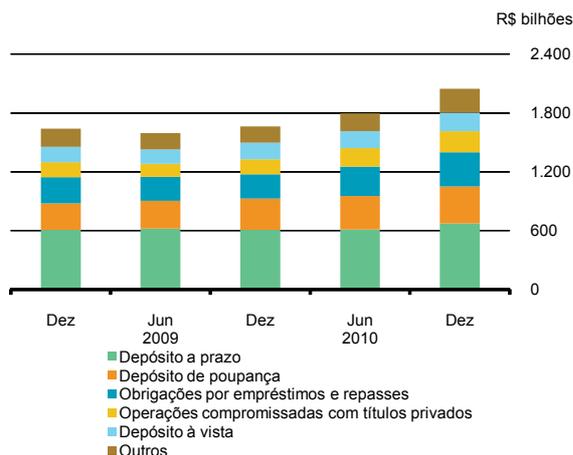
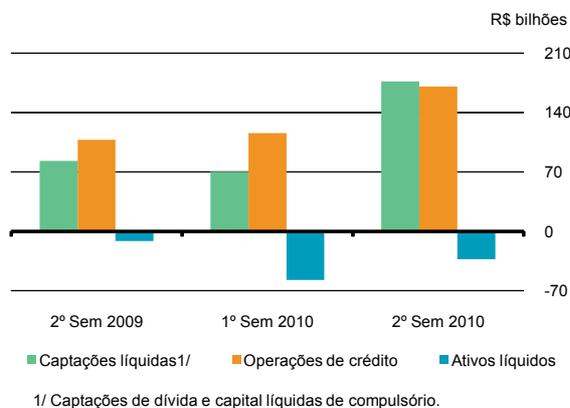
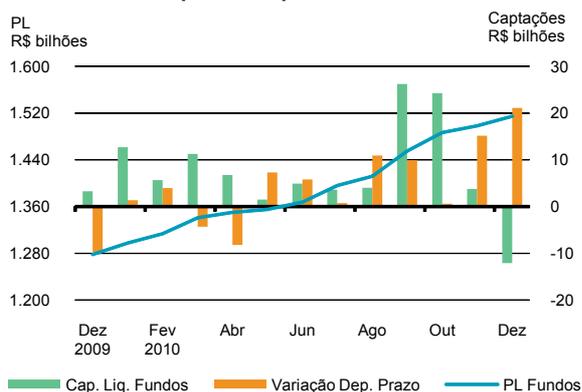


Gráfico 2.2.4 – Financiamento da expansão do crédito
Variação de estoque



1/ Captações de dívida e capital líquidas de compulsório.

Gráfico 2.2.5 – Captações de fundos de investimento^{1/} e depósitos a prazo



Fontes: BCB e CVM

1/ Exclui fundos de investimentos em cotas de fundos.

e, ao mesmo tempo, manter estoques de ativos líquidos em montante suficiente para fazer frente à estimativa daquele que seria necessário em cenários adversos (gráfico 2.2.1).

Essa constatação é sustentada pela análise do índice de liquidez¹⁴ do sistema (gráfico 2.2.2), medido pela razão entre o montante de ativos líquidos (Liquidez Total – LT) e a estimativa do montante que seria necessário para suportar situações de estresse (Necessidade Estimada de Liquidez – NEL), o qual se manteve em nível elevado ao longo de todo o período. Observa-se, todavia, ligeira queda desse indicador ao final do ano, reflexo da continuidade do processo de reversão das medidas anticrise, por meio da elevação do recolhimento compulsório¹⁵. Nesse sentido, tanto o compulsório quanto o índice de liquidez retornaram a níveis semelhantes aos que vigoravam antes da crise internacional¹⁶.

O estoque de captações do sistema bancário apresentou elevação de R\$249,4 bilhões, influenciado principalmente pelo aumento nos volumes de repasses e de depósitos de poupança e a prazo (gráfico 2.2.3). O primeiro decorreu do aumento dos desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) destinados a repasses. Os depósitos de poupança, por sua vez, continuaram se mostrando como opção atrativa de investimento em um ambiente de taxas de juros mais baixas e de aumento na renda da população.

O aumento no montante dos depósitos a prazo ocorreu principalmente nos bancos de grande porte. Esse comportamento difere daquele observado nos dois semestres anteriores, quando houve queda no estoque desses depósitos nesses bancos, que, à época, se utilizaram de outras formas de captação e do excesso de liquidez resultante das medidas anticrise adotadas pelo BCB. No último semestre, com a reversão da maioria das medidas anticrise e aproveitando-se dos elevados níveis de liquidez da economia doméstica, esses bancos aumentaram seus estoques de depósitos a prazo, o que contribuiu para o expressivo crescimento das captações do sistema bancário como um todo (gráfico 2.2.4).

Ressalta-se que o patrimônio dos fundos administrados por bancos apresentou crescimento de R\$146,9 bilhões, em que pese a saída líquida de recursos em dezembro. Dessa forma, ao contrário do que ocorreu nos

14/ Esse indicador é conceitualmente similar ao proposto pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária, que será implementado no Brasil conforme cronograma divulgado no Comunicado nº 20.615, de 2011.

15/ Circulares nº 3.513 e nº 3.514, de 2010.

16/ Do ponto de vista sistêmico, a elevação do compulsório significa redução de risco de liquidez, haja vista que representa um estoque de ativos líquidos que pode ser utilizado em momentos de crise.

Gráfico 2.2.6 – Operações compromissadas com títulos privados e debêntures para novas operações

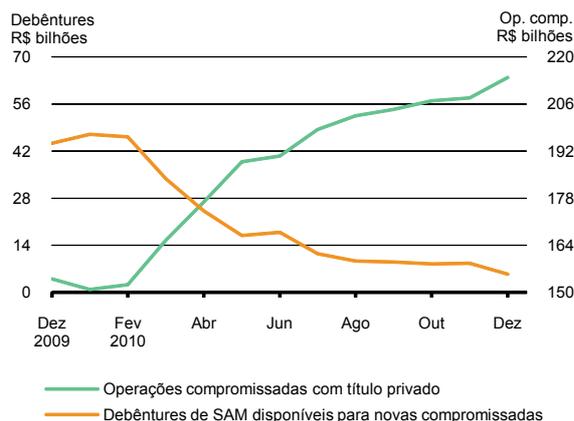


Gráfico 2.2.7 – Emissões e taxas médias de Letras Financeiras

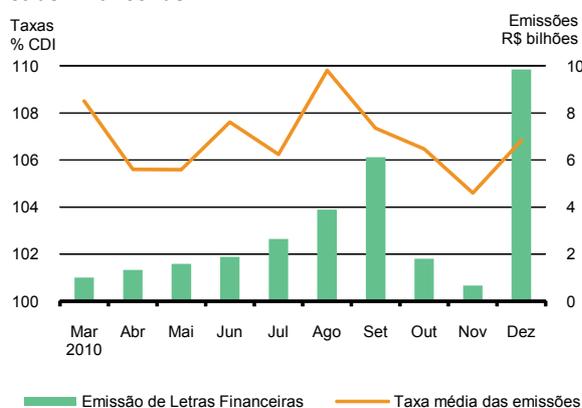
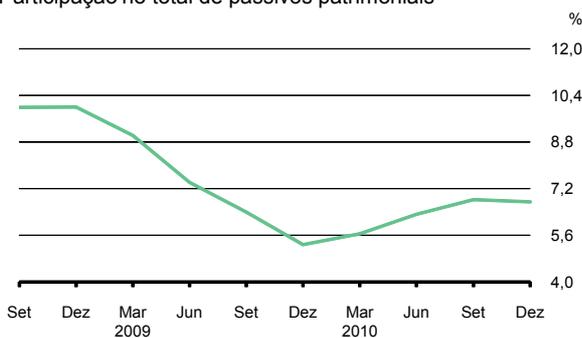


Gráfico 2.2.8 – Passivos internacionais do sistema bancário^{1/}
Participação no total de passivos patrimoniais



1/ Operações em moeda estrangeira ou com contraparte estrangeira.

semestres anteriores, quando o aumento do patrimônio dos fundos decorreu da migração de recursos antes aplicados em depósitos a prazo, a elevada liquidez da economia, no segundo semestre de 2010, permitiu que ambas as aplicações apresentassem captações líquidas positivas no acumulado do semestre (gráfico 2.2.5).

Além dessas modalidades de captação, as operações compromissadas com títulos privados, a emissão de letras financeiras (LF) e as captações realizadas no exterior por meio de empréstimos e de emissão de títulos também contribuíram significativamente para o financiamento das instituições bancárias no período.

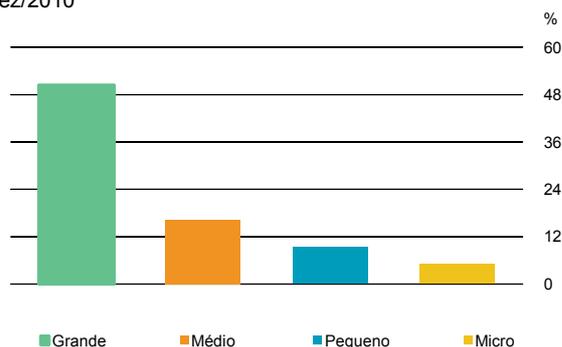
O estoque de operações compromissadas com títulos privados aumentou de R\$190,5 bilhões para R\$213,9 bilhões entre junho e dezembro de 2010, mais uma vez impulsionado pelas operações lastreadas em debêntures emitidas por sociedades de arrendamento mercantil (SAM). Tendo em conta o custo associado à emissão desses títulos pela SAM e o baixo volume atual de debêntures livres nas carteiras dessas instituições, o crescimento dessa modalidade de captação não deverá ser significativo nos próximos semestres (gráfico 2.2.6).

A emissão de LF, por sua vez, mostra-se como opção atrativa para os bancos. No último semestre, as captações realizadas por meio desse instrumento totalizaram R\$25 bilhões (gráfico 2.2.7). Ainda não é possível avaliar o efeito da isenção de compulsório para essa forma de captação, haja vista que a norma em questão foi publicada em dezembro¹⁷. Considerando o custo implícito associado ao recolhimento compulsório a que estão sujeitas outras formas de captação e as taxas de juros com que as instituições têm realizado as emissões de LF, o custo efetivo dessa modalidade deve se tornar inferior ao das captações com características semelhantes, mas sujeitas à exigência de depósito compulsório. Nesse caso, espera-se para os próximos semestres uma intensificação na utilização dessa forma de financiamento e, conseqüentemente, o alongamento do prazo dos passivos das instituições emissoras.

A elevada liquidez internacional e a baixa percepção de risco em relação às empresas brasileiras permitiram aos bancos realizar captações externas por meio de empréstimos e de emissão de títulos. Entre junho e dezembro de 2010, o estoque dessas captações passou de R\$121,4 bilhões para R\$129,1 bilhões (US\$67,4 bilhões para US\$77,5 bilhões),

17/ Circular nº 3.513, de 2010.

Gráfico 2.2.9 – Depósitos de varejo em relação aos depósitos totais
Dez/2010



Fonte: Fundo Garantidor de Créditos

Tabela 2.3.1 – Operações baixadas para prejuízo^{1/} por modalidade de crédito

	Baixas em relação à respectiva modalidade			Modalidade / carteira total 2010
	2009		2010	
	Dez	Jun	Dez	
Pessoa física	7,9	9,0	8,2	100,0
Financ. veículos (+ <i>leasing</i>)	5,1	5,6	4,9	24,2
Financiamento imobiliário	0,9	0,9	1,0	17,4
Empréstimo consignado	3,3	3,3	3,1	18,1
Empr. sem consignação	15,1	13,3	11,1	8,7
Cheque especial e adiantamento a depositantes	20,6	24,2	23,9	2,5
Empr. rotativo cart. crédito	45,6	57,7	57,0	2,7
Demais modalidades	8,8	12,1	11,6	26,3

^{1/} Perdas anuais atribuídas às carteiras originalmente classificadas entre os níveis de risco AA e C. Cálculo baseado no "prejuízo acumulado em 12 meses" em relação à carteira média do período de 13 a 24 meses anteriores à data-base.

Tabela 2.3.2 – Prazo médio (*duration*)

	Meses				
	2008	2009		2010	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez
Pessoa física	22	23	24	25	27
Financ. veículos (+ <i>leasing</i>)	18	18	18	18	18
Financiamento imobiliário	56	57	58	62	65
Empréstimo consignado	23	25	25	26	26
Empr. sem consignação	14	14	16	16	17
Demais modalidades	14	15	15	15	15
Pessoa jurídica	18	18	19	21	22
Fornec. de capital de giro	13	12	13	12	13
Invest. e aquisição de bens	28	30	32	35	37
Demais modalidades	16	15	17	21	20

resultando em pequeno aumento da participação dos passivos do sistema bancário que têm contraparte estrangeira ou são referenciados em moedas de outros países (gráfico 2.2.8).

Considerando a evolução das principais fontes de captação do sistema bancário brasileiro nos últimos semestres, bem como a qualidade e a quantidade de seus ativos líquidos, percebe-se, de forma geral, que a exposição ao risco de liquidez permanece baixa. As captações baseiam-se em fontes relativamente diversificadas, incluindo parcela significativa proveniente do varejo¹⁸ e, portanto, com elevada granularidade e maior estabilidade. Ademais, os fundos de investimento constituem uma fonte de recursos com volumes significativos, que podem ser atraídos para os balanços dos bancos por meio da elevação das taxas de juros nas captações.

Essa situação, todavia, não se aplica a todo o sistema bancário. Para as instituições de menor porte, observa-se maior concentração das fontes de captação (gráfico 2.2.9), o que as torna mais vulneráveis ao risco de liquidez. Ademais, em razão da provável expansão do mercado de capitais, impulsionada pelos incentivos tributários concedidos pelo governo para a emissão primária e para negociação de títulos de longo prazo, espera-se maior competição entre os bancos e as empresas não financeiras por investidores institucionais, o que, por seu turno, deve resultar em elevação dos custos de *funding*, principalmente para os bancos de menor porte.

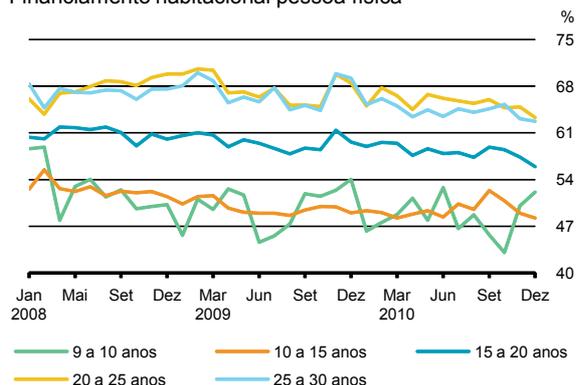
O descasamento de prazo entre ativos e passivos, que é uma característica inerente à atividade bancária, em razão do processo de transformação de prazos, continua sendo uma fonte de risco para o sistema bancário brasileiro. Todavia, dada a perspectiva de crescimento na utilização das LF como forma de financiamento e a redução dos prazos de algumas modalidades de operação de crédito para pessoa física, em decorrência das medidas macroprudenciais implementadas em dezembro¹⁹, espera-se que esse risco seja mitigado ao longo dos próximos semestres.

Em longo prazo, espera-se a continuidade do processo de queda na representatividade dos ativos líquidos nos balanços do sistema bancário, como resultado da busca por formas de compensação da provável queda no *spread* e na taxa básica de juros, porém sem expor as instituições ao risco de enfrentar problemas de liquidez. Essa queda ocorre a partir de patamar elevado e de forma gradual, devendo, em

18/ Consideraram-se como captações de varejo os depósitos de valor inferior a R\$300 mil.

19/ Circular nº 3.515, de 2010.

Gráfico 2.3.1 – LTV médio por prazo da concessão
Financiamento habitacional pessoa física



Fonte: Instituições financeiras selecionadas

Gráfico 2.3.2 – Percentual das contratações por prazo da concessão

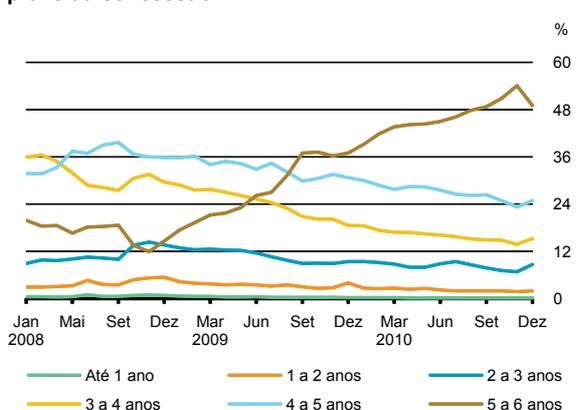
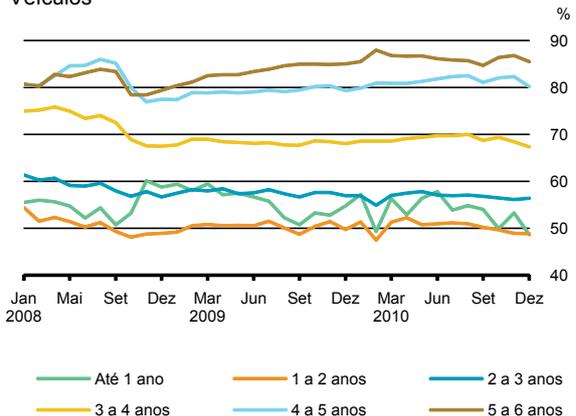


Gráfico 2.3.3 – LTV médio por prazo da concessão
Veículos



última instância, ser limitada pelos requerimentos mínimos de liquidez a serem implementados pela nova regulação prudencial, a vigorar nos próximos anos²⁰.

2.3 Crédito

Influenciado pela retomada do crescimento econômico doméstico e pela melhora na expectativa dos consumidores e das empresas, o saldo das operações de crédito alcançou R\$1,5 trilhão ao final de 2010, representando 45,5% dos ativos do sistema bancário e correspondendo à expansão de 12% na comparação com o semestre anterior e de 21,7% em relação a dezembro de 2009.

O volume de crédito destinado às famílias atingiu R\$737 bilhões em dezembro, o que representa um crescimento semestral de 12%, em boa parte associado à manutenção da forte expansão de modalidades com menor nível de perda, tais como os financiamentos habitacionais, 24,6%, e o crédito consignado, 13%, na mesma base de comparação (tabela 2.3.1).

O prazo médio da carteira de operações com pessoas físicas continuou a sua trajetória de expansão (tabela 2.3.2), com destaque para o financiamento habitacional. Nessa modalidade de financiamentos, que representa 17,7% do crédito para pessoas físicas (PF), além do alongamento dos prazos, o *loan-to-value*²¹ (LTV) caiu ao longo de 2010, atingindo 60,6% em dezembro (gráfico 2.3.1).

Na carteira de financiamentos para aquisição de veículos, que corresponde a 25,8% do total do crédito com pessoas físicas, o LTV foi de 74,2% em dezembro. As contratações com vencimentos mais longos – entre quatro e seis anos – diminuíram sua participação no mês, não obstante ainda tenham respondido por 73,9% do total concedido (gráfico 2.3.2), e o seu LTV foi de 83,7% na mesma data, menor que o registrado no mês anterior (gráfico 2.3.3), reduções que já se constituem em reflexos da Circular nº 3.515²² do BCB, de dezembro de 2010, que aumenta a exigência de capital para operações de crédito de longo prazo destinadas ao consumo.

Uma questão adicional relacionada ao risco de crédito nas operações com pessoas físicas diz respeito à

20/ Ver Comunicado nº 20.165, de 2011, que divulga orientações preliminares e cronograma relativos à implementação, no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III).

21/ *Loan-to-value* refere-se à razão entre os valores do financiamento contratado e do ativo dado em garantia.

22/ Vide boxe “Regulação do Sistema Financeiro Nacional”.

Tabela 2.3.3 – Valor médio dos financiamentos imobiliários concedidos

	R\$ milhões	Nº	R\$ mil
Valores contratados		Unidades	Valor médio de financiamento
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) – Habitação^{1/}			
2008	6.604	188.915	35,0
2009	10.729	237.746	45,1
2010	14.582	266.284	54,8
Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE)^{2/}			
2008	13.811	137.386	100,5
2009	20.163	163.959	123,0
2010	31.785	219.628	144,7

Fonte: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e BCB

1/ Corresponde à modalidade "Carta de Crédito – Individual".

2/ Compreende somente os financiamentos destinados à aquisição de imóveis.

Tabela 2.3.4 – Crescimento médio da carteira e do número de clientes no semestre – Pessoa jurídica^{1/}

	Nº	%	R\$ bilhões	%
Valor devido	clientes Dez/10	Cresc.	Valor total da carteira Dez/2010	Cresc.
> 100 milhões	1.066	1,82	293	1,86
10 milhões < x < 100 milhões	8.558	2,19	183	2,38
1 milhão < x < 10 milhões	58.539	2,17	126	2,18
100 mil < x < 1 milhão	499.770	1,62	109	1,93
< 100 mil	1.836.089	0,61	36	0,56
Total pessoa jurídica	2.404.022	0,85	748	1,98

1/ Operações de valor superior a R\$5mil.

possibilidade de os clientes tomarem empréstimos para financiar a entrada dos financiamentos – de veículos e habitacional –, em vez de realizá-la com recursos próprios. Considerando o valor dos demais empréstimos, assumidos dois meses antes e até um mês depois da contratação do financiamento, o LTV para tais clientes aumenta de 61% para 82,5% na carteira de financiamentos de veículos e de 58,5% para 74% na de crédito imobiliário. Não obstante, deve-se levar em conta que, em média, durante o ano de 2010, apenas 4,7% dos financiamentos de veículo e 16,8% dos financiamentos de habitação foram concedidos a devedores que tomaram, concomitantemente, outros empréstimos. Importante notar ainda a valorização imobiliária no país, com efeitos positivos sobre o valor das garantias dos financiamentos imobiliários e, conseqüentemente, sobre os seus LTVs, que se mantêm estáveis graças ao crescimento do valor médio financiado (tabela 2.3.3).

A expansão nos prazos e os ganhos reais de renda da população advindos da melhora do cenário macroeconômico contribuíram para a relativa estabilidade do comprometimento de renda das famílias com o pagamento de dívidas, a despeito do robusto crescimento do crédito. Analisando esse comprometimento, a carteira de crédito a pessoas físicas foi segmentada em duas faixas^{23/}, de acordo com o rendimento dos devedores, o grupo de 50% das pessoas de menor renda teve 25,8% de seus rendimentos comprometidos com o pagamento de dívidas em dezembro, em contraposição aos 21,7% do outro grupo^{24/} de devedores. O grupo que possui maior comprometimento da renda é justamente aquele que apresenta o menor nível de educação financeira, levantando preocupações quanto à qualidade dos créditos a ele destinados.

Considerando que a maioria desse endividamento se dá em modalidades associadas ao financiamento de bens de consumo, inclusive veículos, o risco do atual nível de comprometimento de renda das famílias de menor renda aumenta quando se considera o custo de moradia. Em particular, as despesas com aluguel, importante item do orçamento familiar, podem restringir ainda mais a renda

23/ A massa de rendimentos das famílias foi dividida em dois grupos a partir de sua mediana, ou seja, constituiu-se um grupo com a metade das pessoas de maior rendimento e o outro com os 50% das pessoas com o menor rendimento. A renda calculada para cada grupo considerou recursos provenientes do trabalho, da previdência e da assistência social. Para o cálculo do serviço da dívida por faixa, foi utilizada a premissa de que o sistema bancário tem como prática conceder crédito às pessoas físicas limitando o comprometimento de renda total do devedor em 30%. Assim, todas as dívidas cujos pagamentos mensais não excedessem esse percentual da renda mediana de corte foram atribuídas ao grupo de menor renda, enquanto as dívidas cujos desembolsos excedessem esse limiar foram consideradas de maior renda. Dada a impossibilidade de adoção da mesma metodologia para a carteira não identificada, os créditos abaixo de R\$5 mil foram atribuídos para a menor renda e o cálculo do serviço da dívida teve como base a taxa média de juros e o prazo médio das operações de crédito para pessoas físicas. Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada, ver boxe "Conceitos e Metodologias", neste Relatório.

24/ Os créditos atribuídos à menor renda representam 35% do saldo total considerado para este estudo.

Gráfico 2.3.4 – Diversificação da carteira de crédito

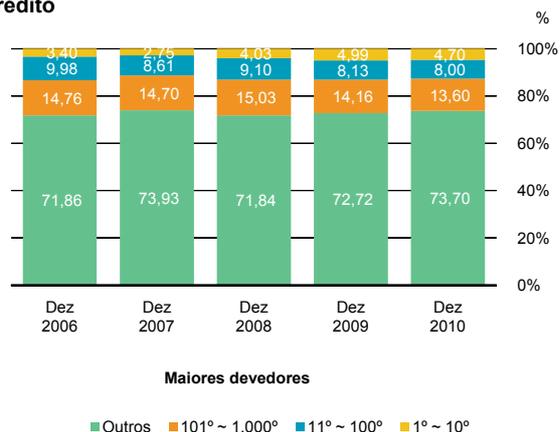


Gráfico 2.3.5 – Endividamento dos setores econômicos
Dez/2010

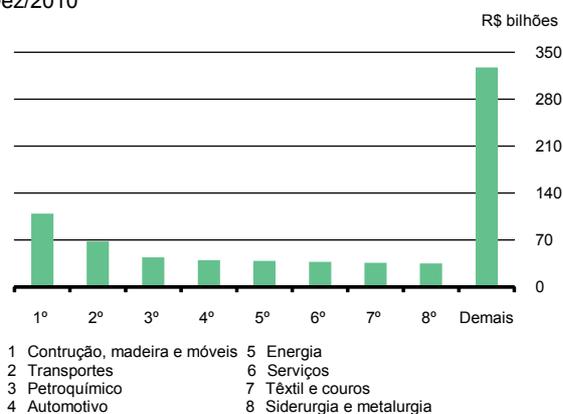


Tabela 2.3.5 – Prejuízo e provisão da carteira de crédito – Pessoa jurídica (dez/2010)

R\$ milhões	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões
Valor devido	Prejuízo em 12 meses	Prejuízo em 12 meses sobre o total da carteira	Provisão
> 100	1,0	0,3	4,1
10 < x ≤ 100	2,4	1,3	4,8
1 < x ≤ 10	4,9	3,9	6,1
0,1 < x ≤ 1	8,5	7,8	8,7
≤ 0,1	3,4	9,3	3,5
Total	20,2	2,7	27,2

remanescente das famílias depois do pagamento das suas dívidas bancárias. Dessa forma, assume grande importância aprofundar a análise, passando de métricas agregadas, como o endividamento e comprometimento de renda médios, evoluindo para a avaliação da evolução das exposições individuais. Nesse sentido, não obstante os 5,1 milhões de novos clientes PF no ano – aumento de 23% em doze meses –, observou-se aumento gradativo da exposição do sistema bancário às pessoas físicas que apresentam ao final do ano dívida total maior do que no mesmo período do ano anterior²⁵. Em dezembro de 2010, esses clientes representavam 26,3% do total da carteira PF, ante 19,6% em dezembro de 2005.

A série de medidas adotadas no final de 2010 pode contribuir para a mitigação dos riscos advindos do maior endividamento das famílias. A criação do cadastro positivo, por meio da Medida Provisória (MP) nº 518, de 31 de dezembro de 2010, visa proporcionar ao sistema bancário melhores condições para avaliar o risco de crédito desse segmento.

O crédito corporativo, por sua vez, atingiu R\$749 bilhões ao final de 2010, alta de 12% em relação a junho, com destaque para os créditos destinados a investimento e financiamento do capital de giro. Em particular, os desembolsos do BNDES repassados por meio do sistema bancário totalizaram R\$53,5 bilhões no semestre, crescimento de 33,1% ante o período anterior.

Ao segmentar o crédito às pessoas jurídicas (PJ) por porte, utilizando o valor devido como *proxy*²⁶, observou-se maior crescimento no número de clientes e nas dívidas entre R\$1 milhão e R\$100 milhões (tabela 2.3.4). Apesar disso, não houve alteração na diversificação da carteira, tanto em termos dos maiores devedores quanto em relação à sua distribuição por setor econômico (gráficos 2.3.4 e 2.3.5). No que concerne ao risco, as baixas para prejuízo em doze meses representaram apenas 2,7% do total da carteira (tabela 2.3.5), concentradas nos empréstimos de menor valor, que, por sua vez, apresentaram menor ritmo de crescimento.

Além dos financiamentos a empresas concedidos pelo sistema bancário, mereceram destaque os desembolsos diretos do BNDES, que somaram R\$55,6 bilhões no período e representaram um crescimento de 191% ante o semestre

25/ Esse cálculo considerou o crédito ao consumo e também o financiamento de veículos, mas não o crédito rural e nem o imobiliário. Não foram considerados os novos clientes e nem os créditos de valor inferior a R\$5mil, para os quais não seria possível verificar o aumento das responsabilidades por devedor.

26/ Como o Sistema de Informações de Crédito do BCB (SCR) não traz informações sobre faturamento ou volume de ativos dos devedores, a análise da carteira de crédito PJ com foco no porte usou como *proxy* o valor devido das operações.

Tabela 2.3.6 – Captação líquida no exterior por empresas brasileiras não financeiras

Forma de captação	US\$ milhões		
	2008	2009	2010
Conta financeira	65.795	45.966	80.147
Investimento direto	50.716	31.481	53.368
Investimento em carteira	15.078	14.485	26.779
Invest. estrangeiros em carteira			
Títulos LP emitidos no exterior	-695	2.073	2.658
Títulos CP emitidos no exterior	108	325	966
Outros invest. estrangeiros			
Créditos comerciais	4.462	4.100	7.311
Emprést. captados no exterior	11.203	7.987	15.844

Gráfico 2.3.6 – Evolução dos créditos baixados para prejuízo
Pessoas físicas e jurídicas

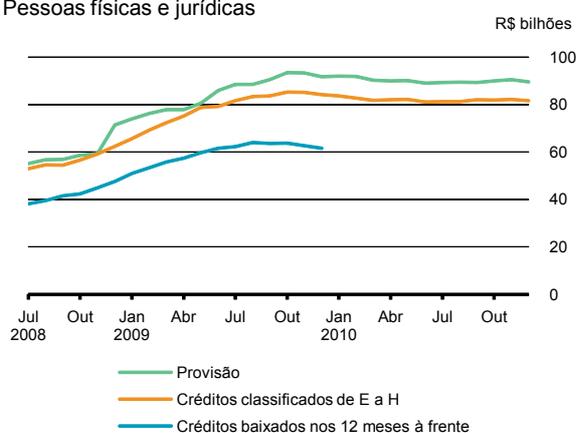
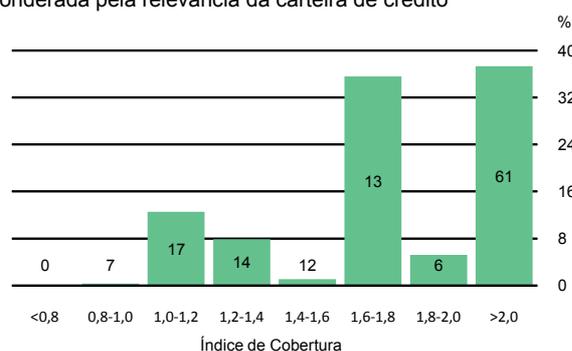


Gráfico 2.3.7 – Distribuição de frequência para o índice de cobertura (dez/2010)
Ponderada pela relevância da carteira de crédito



Os valores sobre as barras referem-se ao número de instituições financeiras com índice de cobertura pertencente àquele intervalo.

anterior²⁷. Além do reforço do referido banco estatal, o mercado externo retomou a importância como fonte de recursos diretos às empresas, contribuindo para superar a escassez de liquidez advinda da última crise financeira internacional. O fluxo líquido de financiamento externo – considerando o investimento estrangeiro direto (IED), a emissão de títulos e os empréstimos – aumentou 74% ao longo de 2010 (tabela 2.3.6).

Em relação à qualidade da carteira, verificou-se, tal qual no semestre anterior, que os efeitos somados da expressiva baixa para prejuízo dos créditos de difícil recuperação e do crescimento do crédito – que diminuem a proporção de créditos em atraso em relação ao total da carteira – explicaram a redução dos créditos classificados entre E e H, de 6,1% para 5,6%, e da inadimplência, de 4,3% para 3,8% (gráfico 2.3.6), bem como a melhora no índice de cobertura²⁸, de 1,64 para 1,67. Com relação a esse indicador, apenas sete instituições, que detêm 0,34% da carteira de crédito do sistema bancário, apresentaram provisões contabilizadas em volume inferior às operações vencidas há mais de noventa dias, o que denota boa cobertura de provisão no sistema (gráfico 2.3.7).

Os créditos baixados para prejuízo nos últimos doze meses mantiveram-se em patamar próximo ao do semestre anterior, totalizando R\$61,5 bilhões, o que corresponde a 67% da provisão constituída em dezembro de 2009. Isso indica que o sistema financeiro alocou reservas suficientes para fazer face às perdas ocorridas nos doze meses seguintes à contabilização da provisão, além de o sistema vir realizando ajustes regulares no nível de provisão a partir da reavaliação dos riscos dos devedores. Essa sistemática acarreta, em média, o reconhecimento do risco e o consequente aumento na necessidade de provisão, à medida que a carteira envelhece. Do ponto de vista prudencial, essa questão é relevante quando se considera o alongamento do prazo médio da carteira nos últimos anos.

Em suma, favorecido pelos bons fundamentos macroeconômicos, o crédito manteve sua trajetória de expansão no segundo semestre de 2010, com reflexos positivos sobre os indicadores de risco da carteira, como a inadimplência e o volume de créditos classificados entre E e H.

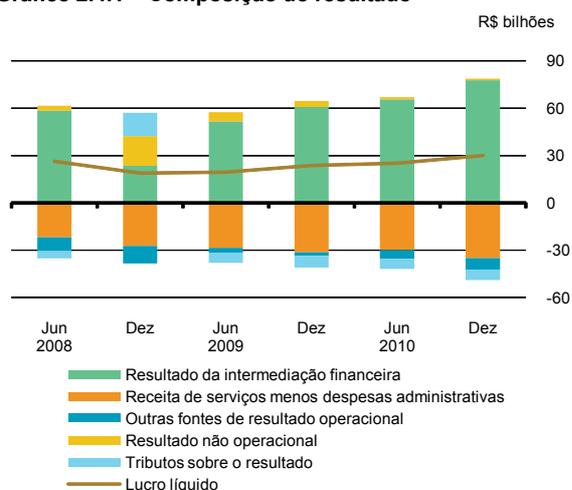
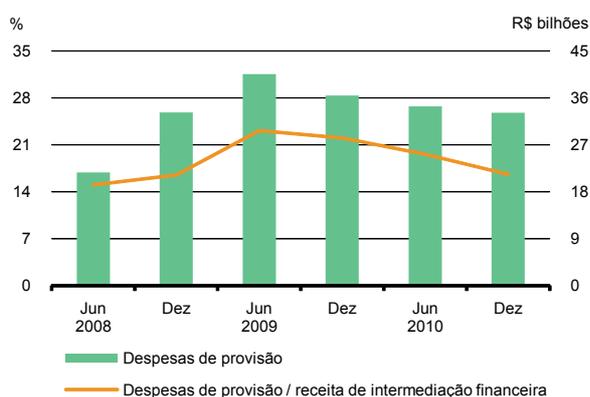
O crescimento do crédito a pessoas físicas foi sustentado por modalidades de menor risco, pela expansão da

27/ Esses valores consideram o aporte de R\$24,8 bilhões do BNDES na capitalização da Petrobras, sem o qual o total de desembolsos diretos atingiria R\$30,8 bilhões, representando um crescimento de 61,5% em relação ao semestre anterior.

28/ O índice de cobertura mede a razão entre a provisão contabilizada e as operações vencidas há mais de noventa dias.

Tabela 2.4.1 – Reconciliação entre os lucros líquidos

	R\$ bilhões		
	1º sem/10	2º sem/10	Variação
Resultado de intermediação bruto	94,7	104,6	9,8
Desp. líq. de provisão para crédito	-29,1	-26,7	2,4
Resultado intermediação líquido	65,6	77,9	12,2
Desp. adm. - rec. serv.	-29,9	-34,9	-4,9
Demais resultados operacionais	-5,3	-7,3	-2,0
Resultado não operacional	1,4	1,0	-0,5
IR e CSLL	-6,5	-6,7	-0,1
Lucro líquido	25,2	30,0	4,7

Gráfico 2.4.1 – Composição do resultado**Gráfico 2.4.2 – Despesas de provisão em relação às receitas de intermediação financeira**

base de clientes e pelo alongamento de prazos. Essa dinâmica continua representando desafios aos processos de concessão e aos modelos de gestão do risco de crédito das instituições, em função da incipiência de histórico creditício, da menor educação financeira dos novos clientes e da necessidade de modelos que capturem riscos para operações com prazos maiores. Além disso, verifica-se a elevação do LTV dos financiamentos de veículos e o maior comprometimento dos rendimentos das famílias de menor renda com o pagamento de dívidas. Esse cenário motivou a publicação, pelo BCB, do pacote de medidas macroprudenciais em dezembro, a fim de conter o avanço desses riscos, cujo impacto sobre taxas de juros e prazos das novas concessões já começa a se verificar, contribuindo para melhor adequação do comprometimento de renda das famílias ao longo de 2011.

2.4 Rentabilidade

O cenário macroeconômico interno de queda no desemprego e de aumento na renda das famílias, com reflexo na redução da inadimplência, tem propiciado aos bancos condições para ampliar os seus resultados, apesar das dificuldades e das incertezas que permeiam o cenário externo, especialmente nas economias mais desenvolvidas.

Esse ambiente favoreceu o avanço de R\$4,7 bilhões no lucro semestral do sistema bancário, que atingiu R\$30 bilhões, superando em R\$3,5 bilhões o montante obtido no primeiro semestre de 2008, antes de os efeitos da crise financeira internacional chegarem ao Brasil. Após os efeitos da crise, os resultados têm apresentado melhora contínua em sua qualidade, haja vista o aumento na participação do resultado da intermediação financeira e a redução na contribuição dos resultados não operacionais em sua formação. Estes totalizaram apenas R\$1 bilhão no segundo semestre de 2010, enquanto o resultado da intermediação cresceu de R\$65,6 bilhões para R\$77,9 bilhões (tabela 2.4.1 e gráfico 2.4.1).

Essa expansão no semestre, de R\$12,3 bilhões, no resultado da intermediação financeira reflete basicamente o aumento nos montantes transacionados em empréstimos e em financiamentos e, em menor grau, os ganhos em títulos de renda fixa. Ademais, beneficiando-se do bom momento econômico do Brasil, os bancos empreenderam esforços na cobrança de dívidas, recuperando R\$7,6 bilhões em créditos já baixados para prejuízo, acréscimo de R\$1,9 bilhão em relação ao semestre anterior.

Gráfico 2.4.3 – Resultado e rentabilidade da intermediação financeira

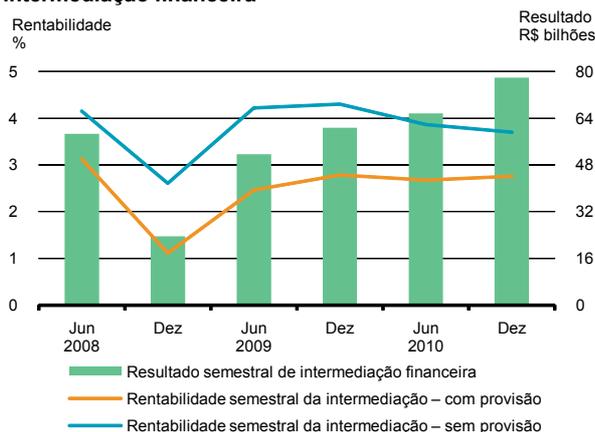


Tabela 2.4.2 – Despesas administrativas

Itens de despesas	R\$ milhões		
	2º sem 2010	1º sem 2010	Variação %
Instalações (manutenção, conservação, água, energia, gás, aluguel)	4.518,99	4.059,42	11,3
Processamento dados, telec. e comunicação	7.047,97	6.305,28	11,8
Pessoal	34.263,47	30.003,81	14,2
Propaganda, promoções e publicações	2.349,07	1.929,42	21,8
Serviço do sistema financeiro	1.753,73	1.694,04	3,5
Segurança e vigilância	1.246,39	1.188,90	4,8
Serviços de terceiros, inclusive serv. técnicos especializados	10.368,06	9.049,69	14,6
Transporte e viagens	1.739,68	1.524,22	14,1
Deprec. e amortização	6.537,15	6.343,11	3,1
Outras desp. administ.	1.437,73	720,98	99,4

Houve, ainda, redução de R\$1,2 bilhão na constituição de provisões, que caíram pelo terceiro semestre consecutivo, tanto em volume quanto em percentual da receita de intermediação financeira (gráfico 2.4.2), o que sugere comportamento cíclico no aprovisionamento e potencializa a possibilidade de ajustes futuros, como aquele ocorrido entre o final de 2008 e o início de 2009. Líquidas das reversões, essa queda é ainda maior, de R\$2,4 bilhões, o que reforça a sua importância, dado o atual contexto de robusto crescimento da carteira. Ademais, ela foi importante para o ligeiro aumento na rentabilidade da intermediação financeira, a despeito de a rentabilidade antes das provisões ter apresentado comportamento distinto (gráfico 2.4.3).

No que se refere ao resultado não dependente de juros, as despesas administrativas e as receitas de serviços cresceram, respectivamente, 13% e 11% no segundo semestre de 2010, ritmo similar ao verificado nos segundos semestres dos últimos anos, exceto no de 2008. A principal razão para elevações maiores nas despesas administrativas nos segundos semestres é a data-base para aumentos salariais dos bancários, que normalmente ocasiona aumentos na despesa de pessoal. Percentualmente, contudo, os maiores acréscimos são verificados em gastos com propaganda, publicidade e promoções (tabela 2.4.2).

Além desse efeito sazonal, que foi o principal responsável pelo leve declínio no indicador de eficiência²⁹ (gráfico 2.4.4), houve aumento no número de funcionários e continuidade na política de ampliar os pontos de atendimento e a base de clientes. A elevação das receitas de serviço, por sua vez, tem causa pulverizada. No entanto, destacaram-se os aumentos nas rendas de cartões de crédito e as rendas de tarifas bancárias (tabela 2.4.3).

O retorno sobre o patrimônio líquido (RSPL) cresceu 1,1 p.p. no semestre e atingiu 9,2%, percentual alto quando comparado internacionalmente³⁰, mas inferior ao do período pré-crise (gráfico 2.4.5). Essa recuperação mais lenta do RSPL, apesar do restabelecimento do nível dos lucros, deve-se principalmente à redução no *spread* e na taxa de juros (gráfico 2.4.6), que tem impactado a rentabilidade da intermediação financeira. Ademais, a elevada capitalização³¹ ocorrida no segundo semestre de 2008 ainda tem interferido negativamente no indicador de rentabilidade sobre o patrimônio.

29/ Receitas de serviços sobre despesas administrativas.

30/ Ver tabela 27 do *Global Financial Stability Report (GFSR)*, disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/gfsr/2010/02/index.htm>.

31/ No segundo semestre de 2008, foram capitalizados R\$26 bilhões na forma de ágio de incorporação do Banco ABN AMRO Real pelo Banco Santander. Essa capitalização aumentou o denominador do indicador de RSPL, mas não representou entrada efetiva de recursos para geração de resultados.

Gráfico 2.4.4 – Despesas administrativas vs receita de serviços



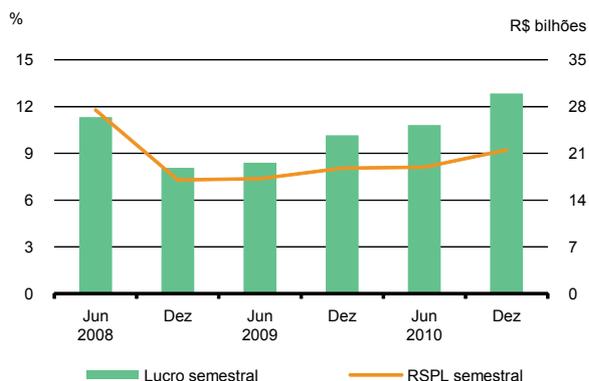
Tabela 2.4.3 – Rendas de prestação de serviços

	R\$ milhões		Variação %
	2º sem 2010	1º sem 2010	
Administração de fundos de investimento	3.562,99	3.398,14	4,9
Administração de fundos, programas e loterias	2.505,15	2.353,46	6,4
Serviços de cobrança	2.322,42	2.188,00	6,1
Rendas merc. de capitais	2.038,30	1.933,93	5,4
Rendas de tarifas bancárias (PF e PJ)	8.889,12	7.752,62	14,7
Rendas de garantias prestadas	1.200,39	1.148,84	4,5
Rendas cartão crédito ^{1/}	8.412,60	7.422,40	13,3
Rendas outros serviços ^{2/}	7.470,69	6.672,58	12,0

1/ Fonte: notas explicativas dos cinco maiores bancos.

2/ Inclui rendas de cartão de crédito, exceto dos cinco maiores bancos.

Gráfico 2.4.5 – Evolução do lucro líquido e do retorno sobre o patrimônio líquido



Embora o sistema bancário tenha apresentado elevada rentabilidade, algumas instituições de pequeno porte, com participação irrelevante no total de ativos do sistema, possuem modelo de negócios baseado na concessão e cessão de crédito e dependem da contínua contratação de novas operações para manter a geração de resultados, que poderá ser afetada a longo prazo.

Em síntese, o lucro do sistema bancário tem crescido consistentemente, em montante e qualidade, desde dezembro de 2008, sustentado pelo acréscimo nos volumes transacionados, impactando positivamente a rentabilidade. Dadas as perspectivas de crescimento da economia brasileira, não há sinais de alteração significativa nesse cenário em curto prazo, apesar das incertezas quanto à recuperação da economia dos países desenvolvidos afetados pela última crise financeira. Ademais, o aperto monetário iniciado em abril de 2010, com 2 p.p. de aumento na taxa Selic, e retomado em janeiro de 2011 continuará impactando positivamente os resultados.

No longo prazo, contudo, em um contexto de redução nas taxas de juros, os *spreads* e os ganhos de *floating* tendem a reduzir-se, o que deve pressionar a rentabilidade. A margem para aumento na alavancagem, por sua vez, deverá se estreitar em razão de exigências prudenciais de capital mais rígidas a serem implementadas nos próximos anos.

2.5 Solvência

A estrutura de capital não apresentou alterações relevantes no período, tendo havido apenas uma pequena variação no Índice de Basileia (IB), de 17,4% para 17,1% (gráfico 2.5.1), e no índice de alavancagem, de 9,1 para 9,6 vezes. A alavancagem tem se mantido estável e relativamente baixa na comparação internacional (tabela 2.5.1), enquanto o IB tem permanecido consistentemente acima da exigência do BCB de 11%, que, por sua vez, é superior ao mínimo exigido internacionalmente, de 8%.

O Patrimônio de Referência (PR) apresentou crescimento de R\$29,9 bilhões e atingiu R\$415 bilhões em dezembro de 2010. A maior parte do aumento ocorreu no PR nível I, principalmente em decorrência dos lucros acumulados no período. Também foram relevantes os aumentos de capital, com destaque para a oferta primária de ações do Banco do Brasil (BB) e a capitalização da Caixa Econômica Federal (CAIXA), que juntos totalizaram R\$9,5 bilhões^{32/}.

32/ Conforme notas explicativas às demonstrações contábeis do BB e da CAIXA de setembro de 2010.

Gráfico 2.4.6 – Spread e Selic

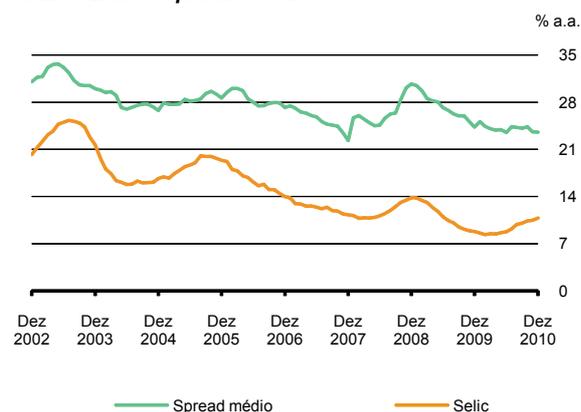


Tabela 2.5.1 – Alavancagem

País	%				
	2006	2007	2008	2009	2010
África do Sul	12,7	12,5	17,9	14,9	...
Alemanha	23,3	23,3	22,2	20,8	...
Austrália	18,5	20,4	22,7	20,0	20,0
Brasil ^{1/}	9,6	9,3	9,6	8,7	9,6
Canadá	19,2	20,0	21,3	17,5	17,5
Coréia do Sul	10,9	11,1	11,4	9,2	...
Estados Unidos	9,5	9,7	10,8	9,1	9,2
França	22,2	24,4	23,8	22,2	...
Itália	14,3	12,7	13,2	12,5	12,7
México	7,4	7,2	10,9	10,3	10,3
Reino Unido	16,4	18,2	22,7	18,5	...
Rússia	8,3	7,5	7,4	6,4	...
Turquia	8,4	7,7	8,5	7,5	7,5

Fonte: FMI

1/ Fonte BCB.

O crescimento no PR nível II, por sua vez, foi sustentado por emissões de dívidas subordinadas (gráfico 2.5.2). Em particular, o estoque de letras financeiras subordinadas (LFS) cresceu significativamente e, em virtude da isenção do recolhimento de compulsório sobre esse instrumento instituída pelo BCB em dezembro de 2010³³, espera-se que ocorram novas emissões, conforme mencionado na seção 2.2.

O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) passou de R\$244,1 bilhões para R\$269,1 bilhões. Desse total, R\$243,4 bilhões referem-se à parcela de requerimento de capital para o risco de crédito (P_{EPR}), cujo crescimento de 10,9% foi fortemente influenciado pela elevação de 11,6% na carteira de crédito. Além disso, cabe mencionar o aumento das coobrigações e das garantias, avais e fianças prestadas, também importantes para o crescimento da P_{EPR} .

A variação das parcelas relativas ao risco de mercado e ao risco operacional não apresentou impacto significativo sobre o valor total do requerimento de capital, e sua participação conjunta na composição do PRE manteve-se em torno de 10% (tabela 2.5.2).

No que tange à qualidade do capital, verificou-se pequena elevação no estoque de ativos contingentes³⁴ (gráfico 2.5.3). Os créditos tributários cresceram 0,5% no período, em razão, principalmente, da expansão de 3% dos créditos decorrentes de diferenças temporárias. Esses créditos dependem da rentabilidade futura da instituição para que sejam realizados, por meio da redução de pagamentos futuros de impostos. Do ponto de vista prudencial, há uma preocupação de que esses ativos precisem ser baixados em momentos de estresse, ou não protejam os depositantes no caso de insolvência da instituição. Contudo, considerando-se o atual cenário, a realização dos créditos tributários continua mostrando-se viável. Nos próximos dez anos³⁵, seriam necessários lucros anuais no montante de pelo menos R\$30,3 bilhões, valor inferior à média de R\$51,2 bilhões obtida pelo sistema nos últimos cinco anos (gráfico 2.5.4).

O estoque de ativos diferidos e intangíveis, por sua vez, manteve-se praticamente inalterado. Esses ativos incluem direitos sobre folha de pagamento e ágios

33/ Circular BCB nº 3.513, de 2010.

34/ Ativos contingentes: créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias; créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido; ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura e direitos sobre folha de pagamento; e ativos permanentes diferidos e outros ativos intangíveis. Esses ativos serão objeto de ajustes regulamentares conforme Comunicado BCB nº 20.615, de 2011.

35/ A Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, estabelece que as instituições financeiras podem efetuar o registro contábil de créditos tributários desde que haja expectativa, comprovada por meio de estudo técnico, de realização desses ativos no prazo máximo de dez anos.

Gráfico 2.5.1 – PR, PRE e Índice de Basileia

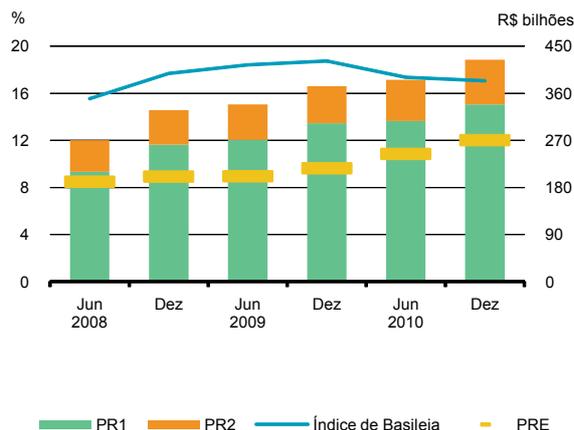
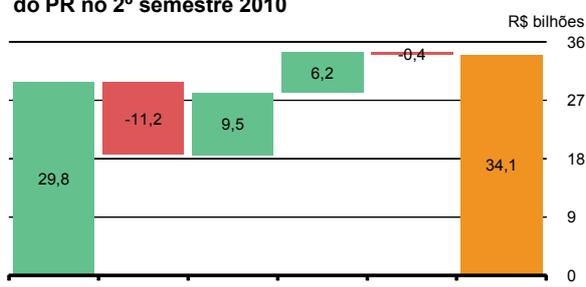


Gráfico 2.5.2 – Decomposição da variação do PR no 2º semestre 2010



A = Lucro líquido

B = Distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos

C = Aumento de capital do Banco do Brasil e CAIXA

D = Captações de dívidas subordinadas, instrumentos híbridos de capital dívida e letras financeiras subordinadas

E = Outros

F = Variação total (PR nível I + PR nível II)

Tabela 2.5.2 – Evolução do PRE

	2010		2010		Variação semestral (%)
	Jun		Dez		
	Valor	%	Valor	%	
PRE	244 117	100,0	270 273	100,0	10,7
PEPR	219 449	89,9	244 699	90,5	11,5
PCAM	2 426	1,0	2 473	0,9	1,9
PJUR[1]	1 226	0,5	986	0,4	-19,6
PJUR[2]	1 585	0,6	1 660	0,6	4,7
PJUR[3]	1 022	0,4	1 363	0,5	33,4
PJUR[4]	501	0,2	607	0,2	21,2
PCOM	233	0,1	309	0,1	32,6
PACS	1 340	0,5	1 393	0,5	3,9
POPR	16 335	6,7	16 784	6,2	2,7

pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura. Assim como em relação aos créditos tributários, há alguma incerteza quanto à realização desses ativos em momentos de estresse ou em caso de insolvência da instituição. Esse risco, contudo, é reduzido em razão da baixa representatividade desses ativos nos balanços das instituições.

Por fim, o crescimento na base de capital foi proporcionalmente maior que nos ativos contingentes, o que contribuiu para a redução de 48% para 44,4% do indicador de comprometimento do patrimônio líquido com esses ativos. Considerando também que o aumento da exposição ao risco de crédito foi acompanhado pela incorporação de lucros, o que manteve o IB em nível satisfatório, verifica-se que a capacidade de solvência das instituições permanece sólida.

Espera-se que os bancos brasileiros, de forma geral, sejam capazes de cumprir os requerimentos mais estritos no que tange à qualidade e à quantidade de capital a serem implementados nos próximos anos³⁶, sem necessidade de alterar significativamente suas estratégias de gestão de capital.

O sistema bancário apresenta níveis de capital elevados comparativamente aos riscos a que está exposto, especialmente em comparações internacionais. Adicionalmente, a exposição que está fora dos balanços dos bancos é pequena quando comparada ao montante de ativos, de sorte que a nova medida de alavancagem não deve ser restritiva. Por fim, o nível I do PR, que deve ser capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição financeira, é composto predominantemente por instrumentos de elevada qualidade como ações e reservas de lucros, sendo pouco relevante a participação de outros instrumentos.

Mesmo quando consideradas futuras deduções regulamentares da base de capital e alterações a serem incorporadas ao cálculo do requerimento de capital, acredita-se que os bancos brasileiros serão capazes de se adaptar às novas medidas por meio de reinvestimento de lucros.

36/ Ver Comunicado nº 20.165, de 2011, que divulga orientações preliminares e cronograma relativos à implementação, no Brasil, das recomendações do Comitê de Basileia para Supervisão Bancária acerca da estrutura de capital e de requerimentos de liquidez (Basileia III).

Gráfico 2.5.3 – Evolução dos ativos contingentes

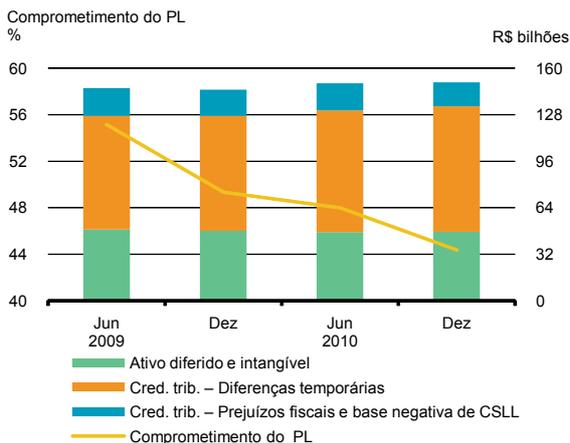


Gráfico 2.5.4 – Sustentabilidade do crescimento do crédito tributário

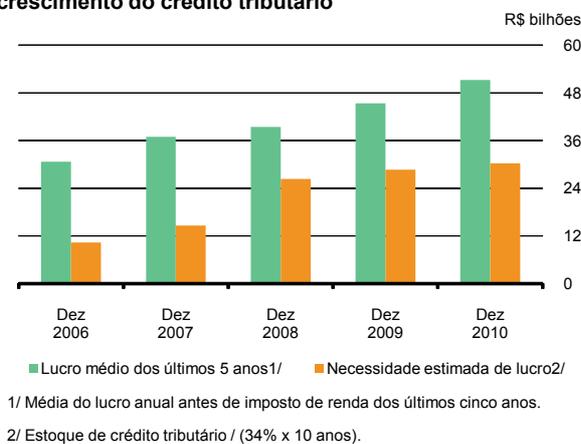
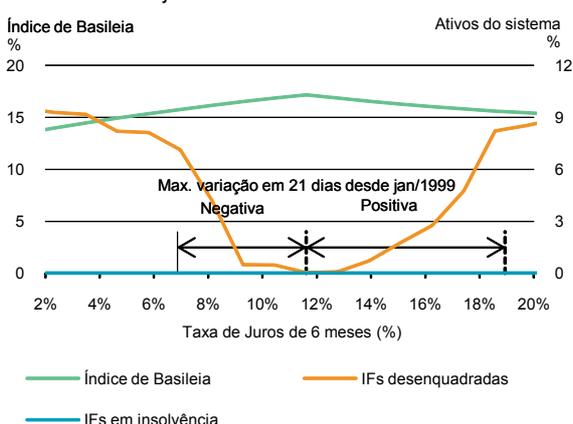


Gráfico 2.6.1 – Análise de sensibilidade Risco de taxa de juros



2.6 Teste de estresse

2.6.1 Análise de sensibilidade para risco de mercado

As oscilações nas taxas de juros têm um impacto limitado sobre o IB, o que pode ser avaliado por meio da análise de sensibilidade a variações das taxas de juros prefixadas e das taxas dos cupons de taxa de juros, moedas e índices de preços (gráfico 2.6.1).

Como os choques sobre as estruturas a termo das taxas de juros afetam substancialmente a volatilidade, que é variável-chave no cálculo do requerimento de capital, tanto aumentos quanto reduções dessas taxas elevariam a exigência de capital e, conseqüentemente, reduziriam o IB para as exposições às taxas de juros prefixadas³⁷. Além disso, como o sistema está, na média, comprado em taxas de juros na carteira de negociação (*trading*), um aumento das taxas teria impacto negativo sobre o patrimônio das instituições.

Na hipótese de repetição das variações máximas para um intervalo de 21 dias, ocorridas desde janeiro de 1999, ter-se-ia um contexto de desenquadramento de instituições que representam, aproximadamente, 8,5% e 7,5% dos ativos do sistema para cenários de máximas variações positiva e negativa, respectivamente. Somente em cenários extremos o sistema apresentaria um nível mais significativo de desenquadramentos, mas, mesmo assim, nenhuma instituição ficaria insolvente.

Com relação à taxa de câmbio, mesmo com oscilações de -90% a 100% do seu valor na data-base, não haveria alterações expressivas no patrimônio das instituições financeiras. Dessa forma, o impacto direto de variações da taxa de câmbio no IB é insignificante. Seu efeito indireto é mais significativo e está mensurado nos testes de estresse de capital para risco de crédito.

2.6.2 Testes de estresse para risco de crédito

Os testes visam estimar o capital exigido das instituições financeiras em cenários adversos. Duas análises distintas são realizadas: de sensibilidade e de cenário.

37/ Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada, ver box “Conceitos e Metodologias”, neste Relatório.

Gráfico 2.6.2 – Análise de sensibilidade

Risco de crédito

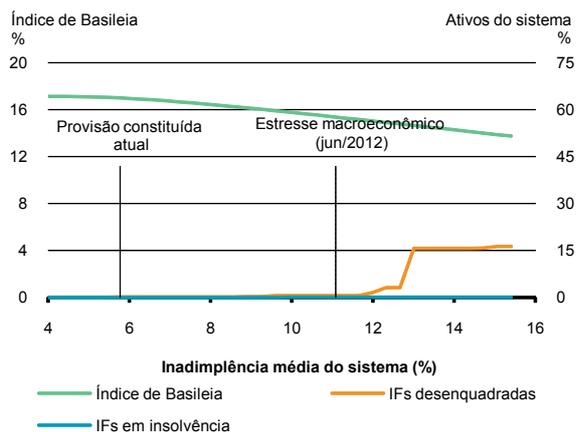


Gráfico 2.6.3 – Estresse macroeconômico

Inadimplência projetada

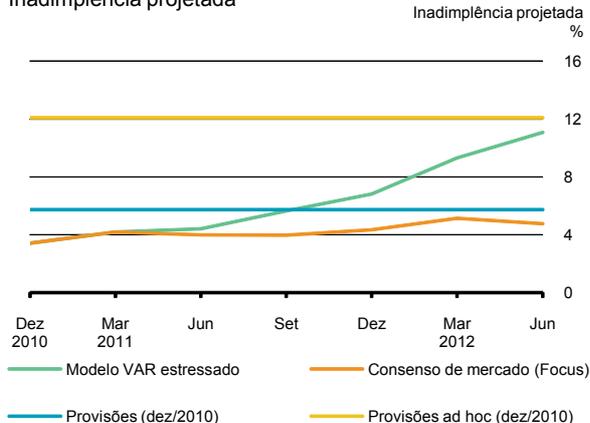
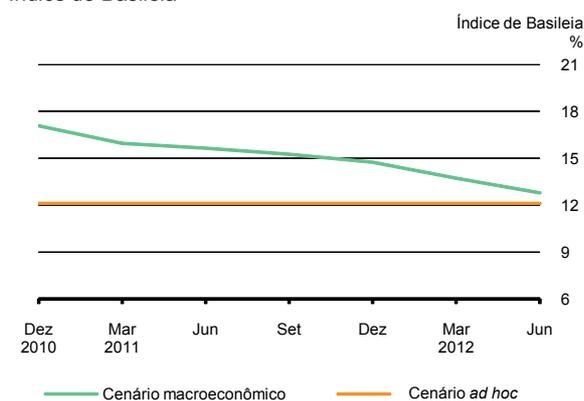


Gráfico 2.6.4 – Estresse macroeconômico

Índice de Basileia



Dada a importância da carteira de crédito, aumentos nos níveis de inadimplência têm significativo impacto no patrimônio consolidado do sistema. Na análise de sensibilidade, avalia-se o efeito isolado sobre o IB de variações incrementais no nível de inadimplência. A análise de cenário, por sua vez, subdivide-se em duas partes: *ad hoc* (cenário arbitrário em que todas as classificações de crédito são rebaixadas em dois níveis) e estresse em um cenário de deterioração das variáveis macroeconômicas³⁸.

Tanto nas análises de cenário quanto na de sensibilidade, em todas as variações simuladas, o IB do sistema permaneceria acima de 11%, o que evidencia boa capacidade do sistema em absorver choques.

2.6.2.1 Análise de sensibilidade

O sistema somente apresentaria desenquadramentos relevantes se sua inadimplência média fosse superior a 13%. Isso equivaleria a quase quadruplicar os atuais níveis de inadimplência de cada instituição. Em um cenário extremo, com inadimplência de 10%, somente instituições que representam 0,13% dos ativos ficariam insolventes (gráfico 2.6.2).

2.6.2.2 Análise de cenário *ad hoc* e por estresse em variáveis macroeconômicas

No cenário *ad hoc*, caso houvesse rebaixamento de dois níveis nas classificações de crédito de todos os clientes, o IB do conjunto de instituições permaneceria acima de 11%, passando de 17,1% para 14,5%, o que indica boa capitalização do sistema. Algumas instituições ficariam desenquadradas (14,4% dos ativos do universo analisado) e apenas uma instituição, de baixa representatividade, ficaria insolvente.

O teste de estresse macroeconômico avalia o impacto na inadimplência e, conseqüentemente, no nível das provisões e no cálculo do IB. Choques adversos são aplicados às variáveis macroeconômicas PIB, taxa de juros e taxa de câmbio, com o objetivo de verificar o comportamento da inadimplência e do risco das instituições financeiras. Cabe ressaltar que a transmissão dos choques macroeconômicos para a qualidade do crédito é defasada. Portanto, as simulações ocorrem até dezembro de 2011, enquanto o impacto na inadimplência é medido até junho de 2012. Os resultados sugerem que o

38/ Para mais informações, ver boxe “Conceitos e Metodologias”, neste Relatório.

estoque de provisão de dezembro de 2010 seria suficiente para cobrir o nível de inadimplência médio projetado até junho de 2012, com base no cenário de consenso de mercado para variáveis macroeconômicas³⁹.

No cenário de estresse, obtido ao simular a degradação das condições macroeconômicas e o subsequente efeito exercido sobre a inadimplência, a provisão de dezembro de 2010 seria suficiente para cobrir a inadimplência projetada até setembro de 2011. Em junho de 2012, o adicional de provisão necessário para cobrir a inadimplência seria de 5,3% (gráfico 2.6.3). O IB reduzir-se-ia de 17,1% em dezembro de 2010 para 12,8% em junho de 2012 (gráfico 2.6.4). Com base nos choques aplicados, os resultados sugerem que, no cenário de estresse macroeconômico, o sistema seria afetado de forma limitada e o IB estressado do sistema permaneceria acima do mínimo regulamentar de 11%.

39/ Fonte: pesquisa de expectativas de mercado do relatório Focus.

Regulação do Sistema Financeiro Nacional

Remuneração de administradores de instituições do sistema financeiro

A política de incentivos remuneratórios de curto prazo foi apontada como um dos fatores que contribuíram para a crise que abalou os mercados financeiros mundiais a partir de 2007.

Diante disso, na busca de medidas visando evitar novas crises e contribuir com a estabilidade financeira, a remuneração de administradores foi objeto de diversas discussões e propostas por parte de autoridades governamentais e de organismos reguladores em nível global, a exemplo do G-20 e do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia.

Nesse contexto, o Conselho Monetário Nacional (CMN), após processo de audiência pública, editou ato normativo que, considerando as melhores práticas e propostas reconhecidas internacionalmente, com as devidas adequações à realidade do mercado e da legislação brasileira, estabeleceu diretrizes para implementação e manutenção de política de remuneração de administradores de instituições do sistema financeiro, bem como para criação de estrutura de governança especializada para definir e acompanhar a execução dessa política.

A medida adotada busca, basicamente, assegurar que os incentivos proporcionados pelo sistema de remuneração dos gestores das instituições financeiras estejam alinhados com os seus aspectos de gestão de riscos, adequação de capital e liquidez.

Cartão de crédito

No contexto da regulação prudencial, o Banco Central do Brasil (BCB) editou ato normativo visando incentivar o uso racional do cartão de crédito e contribuir para a redução do superendividamento, aspecto que tem demandado bastante atenção por parte das autoridades governamentais, por se tratar de foco de conflitos sociais, além de constituir fonte de riscos operacionais para as instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O ato editado estabelece que o valor mínimo da fatura do cartão a ser pago mensalmente não pode ser inferior ao valor correspondente à aplicação, sobre o saldo total da fatura, de 15% a partir de 1º de junho de 2011 e de 20% a partir de 1º de dezembro de 2011. Visando aumentar a transparência, incentivar a concorrência e o desenvolvimento de um sistema financeiro sólido e eficiente, ato normativo do CMN estabeleceu regras para a cobrança de tarifas concernentes à prestação de serviços de cartão de crédito pelas instituições integrantes do sistema financeiro, valendo destacar a classificação dos cartões de crédito emitidos pelas instituições em “básico”, que devem ser utilizados na sua função clássica de instrumento de pagamento e financiamento, e “diferenciado”, que, além da função clássica, oferecem programas de benefícios e/ou recompensas.

Requerimento mínimo de capital para risco de crédito

A Circular nº 3.515, de 3 de dezembro de 2010, elevou para 150% o fator de ponderação de risco (FPR) aplicado no cálculo do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) das exposições relativas a operações de crédito e de arrendamento mercantil financeiro contratadas com pessoas naturais. A medida prudencial foi consequência da identificação da expansão significativa das operações de crédito de longo prazo contratadas com pessoas naturais, muitas vezes com garantias incompatíveis com a estrutura da operação. As regras editadas não interferem, em princípio, no custo e na estrutura de operações com prazos e garantias adequados. São dispensadas do incremento no FPR as operações de crédito rural e habitacional, arrendamento mercantil habitacional e arrendamento mercantil operacional que observam regulamentação específica e contam com garantias reais constituídas na forma de hipoteca ou de alienação fiduciária de imóvel. Também foram excluídos os financiamentos com recursos oriundos de repasses de fundos ou programas especiais do Governo Federal e de financiamento de caminhões.

No caso de crédito consignado, a alteração do FPR alcançou apenas aquelas operações de prazo superior a 36 meses. Para financiamento e *leasing* de veículos, a alteração levou em consideração o valor do *loan-to-value* (LTV) na concessão, conforme tabela 1.

Tabela 1 – FPR para operações de financiamento/*leasing* de veículos com pessoas físicas^{1/}

Prazo	LTV na concessão (Pós Circular nº 3.515)				%
	Até 60	de 60 a 70	de 70 a 80	Acima de 80	
acima de 24 até 36 meses	75 – 100	75 – 100	75 – 100		150
acima de 36 até 48 meses	75 – 100	75 – 100	150		150
acima de 48 até 60 meses	75 – 100	150	150		150
Acima de 60 meses	150	150	150		150

1/ Exceto veículo automotor de carga com capacidade de transporte acima de duas toneladas.

Depósitos a prazo com garantia especial

O CMN estabeleceu cronograma de médio prazo para as instituições financeiras encerrarem as captações de depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC), bem como aumentou para R\$70 mil o valor máximo da garantia geral prestada por esse fundo às modalidades de depósitos e aos investimentos protegidos.

O DPGE foi instituído em março de 2009 como uma medida de caráter emergencial e temporária, visando estimular o suprimento de liquidez, especialmente para instituições financeiras de pequeno e médio porte, as quais foram severamente atingidas pela redução dos fluxos de liquidez como efeito da crise financeira internacional iniciada em 2007.

Considerando que os principais efeitos da crise foram superados, com a redução das incertezas macroeconômicas e com a perspectiva de crescimento sustentável da economia, a medida adotada constitui uma estratégia de restabelecimento das condições de captação sem necessidade de garantias sobressalentes. Não obstante, de modo a suavizar os efeitos da redução desse tipo de garantia de depósito, o CMN fixou limites quantitativos e qualitativos para os saldos dos depósitos e investimentos protegidos, os quais serão reduzidos gradualmente de 2012 a 2016.

O novo valor máximo da garantia geral proporcionada pelo (FGC) foi determinado com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em consonância com determinação do CMN que incumbiu ao BCB o desenvolvimento de estudos até 31 de dezembro de 2010, com vistas à eventual alteração do valor dessa garantia.

Medidas relacionadas com imposto sobre operações financeiras

No último trimestre de 2010, o Governo brasileiro adotou medidas¹ envolvendo o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) incidente nos investimentos de não residentes em *portfolio* no Brasil. Manteve-se a alíquota de 2% para investimentos de não residentes em renda variável, em ações ou aplicações em bolsas mercantis e de futuros, enquanto a alíquota para investimentos em renda fixa foi elevada a 6%. Essa mesma alíquota passou a ser aplicada às operações de câmbio contratadas por investidores não residentes, no caso de constituição de garantias requeridas por bolsas de valores, ou mercantis e de futuros.

Nesse contexto de alíquotas diferenciadas de IOF para as distintas modalidades de investimentos em *portfolio*, a Resolução nº 3.912, de 7 de outubro de 2010, trouxe a necessidade de operações cambiais simultâneas sobre transferências de fundos de não residentes no Brasil, dos investimentos em renda variável, para investimentos em renda fixa. Dessa forma, deixou de existir a motivação para que o não residente primeiro invista em renda variável, recolhendo IOF a 2%, para depois transferir internamente o investimento para renda fixa, com o intuito de fugir do pagamento da maior alíquota de IOF.

Por sua vez, a edição da Resolução nº 3.914, de 20 de outubro de 2010, buscou dar maior efetividade ao aumento do recolhimento de IOF, ao evitar que o investidor não residente tomasse ativos emprestados para serem utilizados como garantia em transações com derivativos. De fato, a resolução proíbe operações de arrendamento, negociação e aluguel de títulos, ativos e ouro ativo financeiro por instituições financeiras, em nome de não residentes, para uso no mercado de derivativos.

Finalmente, também para dar maior efetividade ao aumento do recolhimento de IOF e prevenir transferências de recursos oriundos da venda de outros ativos pertencentes a investidor não residente (e.g. investimento externo direto, renda variável, venda de propriedades etc.) para a prestação de garantia em dinheiro, foi editada a Resolução nº 3.915, de 20 de outubro de 2010, que estabelece operações de câmbio simultâneas para esses casos. No entanto, a resolução excluiu transferências resultantes do resultado líquido de contratos futuros para a prestação de garantias em dinheiro e para investimento em renda fixa, de forma a permitir melhor gerenciamento da liquidez proveniente desses ajustes.

Depósito compulsório sobre posições vendidas de câmbio

Como medida prudencial e com objetivo de promover melhor gerenciamento das posições de câmbio das instituições financeiras, o BCB instituiu depósito compulsório sobre posição de câmbio vendida. Segundo as disposições da Circular nº 3.520, de 6 de janeiro de 2011, o depósito compulsório ficou definido em 60% sobre

1/ O Decreto nº 7.323, de 4 de outubro de 2010, estabeleceu taxas diferenciadas de IOF para os investimentos de não residentes no Brasil no mercado financeiro e de capitais. A taxa permaneceu em 2% para investimentos em renda variável mantidos em ações ou aplicações em bolsas mercantis e de futuros, enquanto outros casos tiveram as alíquotas aumentadas para 4%. Logo em seguida, foi publicado o Decreto nº 7.330, de 18 de outubro de 2010, aumentando a taxa de IOF sobre investimentos em renda fixa de 4% para 6% e estabelecendo a mesma alíquota sobre operações de câmbio contratadas por investidores não residentes no Brasil para garantias iniciais ou adicionais requeridas por bolsas de valores ou mercantis e de futuros.

o valor da posição de câmbio vendida que exceder o menor dos seguintes valores: US\$3 bilhões ou o nível I do patrimônio de referência (PR). O depósito compulsório é recolhido em reais e em espécie, sem remuneração. Foi dado prazo de noventa dias para as instituições se adequarem à nova regra.

Projeto novo sistema integrado de registro de operações de câmbio – Sistema Câmbio

O objetivo principal do projeto é modernizar a base de dados do BCB, assim como o processamento e a forma de troca de informações entre o BCB e as instituições financeiras, com a implantação da sistemática de mensageria. Além de atualizar e simplificar procedimentos, o novo sistema permitirá a redução de custos operacionais para o BCB e para as instituições, beneficiando todas as pessoas e empresas que negociam moeda estrangeira no mercado cambial brasileiro.

Foi divulgado o Comunicado nº 20.383, de 9 de dezembro de 2010, que informa que o novo Sistema Integrado de Registro de Operações de Câmbio (Sistema Câmbio), em desenvolvimento, estará disponível em setembro de 2011, para fins de registro das operações cambiais do mercado primário. Informa ainda que, após a implantação do novo Sistema Câmbio, a troca de mensagens referentes ao mercado primário entre referidas instituições e este BCB será efetuada via Rede do Sistema Financeiro Nacional (RSFN), ou Internet – aplicativo PSTA, ou redes autorizadas conectadas ao BCB. As mensagens serão divulgadas no Catálogo de Mensagens e de Arquivos da RSFN.

Estrutura do mercado de câmbio – Câmbio manual

Com a contínua trajetória de aumento do volume de operações de câmbio no país, inclusive com expectativa de maior crescimento em função dos grandes eventos esportivos internacionais a ocorrer no Brasil nos próximos anos – Copa das Confederações 2013, Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016 –, prosseguem os estudos referentes à estrutura do mercado cambial brasileiro, especialmente no que se refere às operações de câmbio manual (espécie, cheques e cheques de viagem). Nesse sentido, para aprofundar estudos e debates, está programada para o primeiro semestre de 2011, em Brasília, a realização de seminário envolvendo o BCB e outras entidades públicas e privadas. Estão previstas discussões sobre remessas internacionais de pequeno valor e operações de câmbio manual, com maior ênfase nessas últimas operações.